



MANDADO DE SEGURANÇA Nº 0000033-72.2013.8.14.0000

IMPETRANTE : ANA LETICIA DE MORAES NUNES E OUTROS
ADVOGADO : WALTER GOMES FERREIRA
IMPETRADO : GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ
LITISCONSORTE : ESTADO DO PARÁ.
PROC. ESTADO : DIEGO DE AZEVEDO TRINDADE
RELATOR : DES. RICARDO FERREIRA NUNES

EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. GRATIFICAÇÃO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. REPERCUSSÃO GERAL DO RE 745.811/PA-RG. O ARTIGO 31, XIX DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL QUE AMPARAVA O DIREITO PLEITEADO PELA IMPETRANTE, QUAL SEJA, O RECEBIMENTO DA GRATIFICAÇÃO EM QUESTÃO, FOI DECLARADO INCONSTITUCIONAL EM RAZÃO DA NECESSÁRIA SUBORDINAÇÃO DO CONSTITUINTE ESTADUAL À LIMITAÇÃO DE RESERVA DE INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO EXECUTIVO NO TOCANTE ÀS LEIS QUE ESTABELEÇAM AUMENTO DE DESPESAS REMUNERATÓRIAS. DIANTE DO PRONUNCIAMENTO DEFINITIVO DO STF SOBRE A INCONSTITUCIONALIDADE DOS ARTS. 132, XI E 246 DO RJU, BEM COMO O NOVO ENTENDIMENTO ADOTADO PELO PLENO DO TJE/PA ACERCA DA INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 31, XIX DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARÁ, UTILIZO-ME DO JUÍZO DE RETRATAÇÃO PREVISTO NO ART. 243-B, §3º DO CPC/73 E DENEGO A SEGURANÇA PLEITEADA NA INICIAL, À UNANIMIDADE.

Vistos, etc.

Acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram o Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, por unanimidade dos votos denegar a segurança pleiteada na inicial, pelos fatos e fundamentos constantes do voto.

Esta sessão foi presidida pelo Exmo. Sr. Desembargador Constantino Augusto Guerreiro.

Sala das Sessões do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, ao trigésimo dia do mês de novembro de 2016.

RICARDO FERREIRA NUNES
Desembargador Relator

PROCESSO: 0000033-72.2013.814.0000

SECRETARIA JUDICIÁRIA
MANDADO DE SEGURANÇA
IMPETRANTE: ANA LETICIA DE MORAES NUNES E OUTROS
ADVOGADOS: WALTER GOMES FERREIRA
IMPETRADO: GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ
LITISCONSORTE: ESTADO DO PARÁ
PROCURADOR: DIOGO DE AZEVEDO TRINDADE
RELATOR: DES. RICARDO FERREIRA NUNES



RELATÓRIO

Tratam os autos de Mandado e Segurança impetrado por Ana Letícia de Moraes Nunes e outros em face do Governador do Estado do Pará visando o recebimento de gratificação, no percentual de 50%, pelo exercício de atividade em educação especial.

Após regular tramitação processual, esta E. Corte, através do Acórdão nº 119.455 (fls.163/168)), decidiu conceder a segurança almejada pela impetrante, posto que constitucionais os arts. 132, XI e 246 da Lei 5.810/94 (RJU) e art. 31, XIX da Constituição Estadual.

Irresignado, o Estado do Pará interpôs Embargos de Declaração (170/192), os quais foram rejeitados pelo Acórdão 122.922 (199/201).

Em seguida, o Estado do Pará apresentou tanto o Recurso Especial (fls.203/223) quanto o Extraordinário (fls. 224/245).

No que se refere ao Recurso Extraordinário, recebi, às fls. 310, comunicação do Desembargador Presidente desta Corte acerca da decisão proferida pelo STF, em regime da sistemática de repercussão geral, a qual declarou a inconstitucionalidade, por vício formal, dos arts. 132, XI e 246 do RJU.

Por conta disso, os autos retornaram ao meu gabinete por imposição do § 3º do art. 543-B, oportunidade em que constatei a existência do distinguish (elemento diferenciador), decidindo pela manutenção do Acórdão 119.455, a qual concedeu a segurança, no entanto, por força do art. 31, XIX da Constituição Estadual, conforme se verifica às fls. 314/320.

Em razão disso, o Exmo. Presidente deste Tribunal determinou, às fls. 324, a remessa dos autos à Secretaria Judiciária para aguardar a apresentação de um novo recurso especial ou extraordinário ou, ao menos, a ratificação do anteriormente interposto, ante a prolação de um novo acórdão.

Diante dessa determinação, o Estado do Pará apresentou, às fls.329/331, manifestação no sentido da desnecessidade de ratificação das razões do recurso extraordinário já interposto, não tendo a Presidência desta Corte acatado o requerimento do Estado, consoante se observa às fls. 333, tendo determinando nova intimação das partes para interposição do recurso cabível.

Em seguida, o Estado do Pará interpôs Recurso Extraordinário (494/519) e quando da apreciação da admissibilidade deste, o Desembargador Presidente trouxe a informação de que o STF, no RE 927920/PA oriundo deste Tribunal e que tinha sido levado à Suprema Corte com o apontamento do distinguish, determinou a aplicação do entendimento firmado no recurso paradigma RE 745.811/PA (TEMA 686 da RG).

Após, vieram-me conclusos os autos.

É o relatório. Determino a remessa dos autos à Secretaria Judiciária para a inclusão em pauta.

VOTO

Inicialmente destaco que meu posicionamento anterior era pela manutenção da concessão de segurança pleiteada, uma vez subsistente o fundamento constitucional (art. 31, XIX da Constituição Estadual) que amparava o direito pleiteado pela impetrante, qual seja, o recebimento de gratificação em razão do exercício de atividade na área de educação especial.



Assim me posicionava porque o Plenário desta Corte, no incidente de inconstitucionalidade suscitado no recurso de apelação nº2006.3.007413-2 (acórdão nº 69.969/2008), cuja relatora era a Excelentíssima Desembargadora Eliana Abufaiad, havia declarado constitucional o disposto da Constituição Estadual acima mencionado.

Além disso, outro fundamento que utilizava para manutenção do acórdão que concedia a segurança pleiteada na inicial, era o fato da Suprema Corte ter declarado, no RE 745.811/PA e em sede de repercussão geral (TEMA 686 da RG), a inconstitucionalidade apenas dos arts. 132, XI e 246 do RJU (Lei Estadual 8.810/94) que previa o pagamento da aludida gratificação, não tendo se manifestado sobre o art. 31, XIX da Constituição Estadual, conforme se verifica da ementa transcrita:

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL DA QUESTÃO CONSTITUCIONAL RECONHECIDA. 2. DIREITO ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. 3. EXTENSÃO, POR MEIO DE EMENDA PARLAMENTAR, DE GRATIFICAÇÃO OU VANTAGEM PREVISTA PELO PROJETO DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. INCONSTITUCIONALIDADE. VÍCIO FORMAL. RESERVA DE INICIATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO PARA EDIÇÃO DE NORMAS QUE ALTEREM O PADRÃO REMUNERATÓRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS. ART. 61, § 1º, II, A, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. 4. REGIME JURÍDICO ÚNICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, DAS AUTARQUIAS E DAS FUNDAÇÕES PÚBLICAS DO ESTADO DO PARÁ (LEI 5.810/1994). ARTIGOS 132, INCISO XI, E 246. DISPOSITIVOS RESULTANTES DE EMENDA PARLAMENTAR QUE ESTENDERAM GRATIFICAÇÃO, INICIALMENTE PREVISTA APENAS PARA OS PROFESSORES, A TODOS OS SERVIDORES QUE ATUEM NA ÁREA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL. ARTIGOS 2º E 63, I, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. 5. RECURSO EXTRAORDINÁRIO PROVIDO PARA DECLARAR A INCONSTITUCIONALIDADE DOS ARTIGOS 132, XI, E 246 DA LEI 5.810/1994, DO ESTADO DO PARÁ. REAFIRMAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA.

No entanto, em 09 de março de 2016, em voto capitaneado pelo eminente Des. Constantino Augusto Guerreiro no julgamento do processo 0000107-29.2013.814.0000, houve mudança de entendimento do Plenário deste Poder acerca da matéria, revendo o entendimento quanto à constitucionalidade do art. 31, XIX da Constituição do Estado do Pará, passando a considerá-lo inconstitucional em razão da necessária subordinação do constituinte estadual à limitação de reserva de iniciativa privativa do chefe do executivo no tocante às leis que estabeleçam aumento de despesas remuneratórias do Executivo, na forma do art. 61, § 1º, II, a, da Constituição Federal.

CONSTITUCIONAL. MANDADO DE SEGURANÇA. GRATIFICAÇÃO POR ATIVIDADE NA ÁREA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. ALEGAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DOS ARTIGOS 132, XI E 246, AMBOS DA LEI ESTADUAL Nº 5.810/94 (REGIME JURÍDICO ÚNICO). DISPOSITIVOS JÁ DECLARADOS INCONSTITUCIONAIS PELO STF EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO APRECIADO EM SEDE DE REPERCUSSÃO GERAL - RE 745.811. ALEGAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DO ARTIGO 31, XIX, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. MATÉRIA JÁ ANALISADA POR ESTA EGRÉGIA CORTE DE JUSTIÇA EM RAZÃO DO INCIDENTE DE INCONSTITUCIONALIDADE SUSCITADO NA APELAÇÃO CÍVEL N. 2006.3.007413-2, MOMENTO EM QUE O TJPA ADUZIU QUE 'De acordo com a sistemática jurídica adotada pelo nosso país, inexistente possibilidade de se declarar a inconstitucionalidade de normas constitucionais originárias. Portanto, deve ser declarado constitucional o artigo 31, XIX da Carta Suprema Estadual' (TJ-PA. Incidente de Inconstitucionalidade n. 2006.3.007413-2, Relator: ELIANA RITA DAHER ABUFAIAD, Data de Julgamento: 13/02/2008). POSSIBILIDADE DE REANÁLISE DA MATÉRIA. DECISÃO QUE NÃO CONTRADIZ O DISPOSTO NO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 481 DO CPC, SEGUNDO O QUAL 'os órgão fracionários dos tribunais não submeterão ao plenário, ou ao Órgão Especial a arguição de inconstitucionalidade, quando já houver pronunciamento destes ou do plenário do Supremo Tribunal Federal sobre a questão', DISPOSITIVO ESTE QUE FOI INTRODUCIDO NO SISTEMA PROCESSUAL PELA LEI N.9.756/1998, COM A



FINALIDADE DE ABREVIAR A PRESTAÇÃO JURISDICIONAL, MAS NÃO DE IMPEDIR QUE O TRIBUNAL POSSA REVER SEU POSICIONAMENTO SOBRE DETERMINADA MATÉRIA. ANÁLISE DA CONSTITUCIONALIDADE DO ART. 31, XIX, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. POSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL PLENO. DISPOSITIVO QUE DETERMINA AO ESTADO DO PARÁ O PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO DE CINQUENTA POR CENTO DO VENCIMENTO PARA OS SERVIDORES EM ATIVIDADE NA ÁREA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL. DISPOSIÇÃO SOBRE VANTAGENS QUE INTEGRAM OS VENCIMENTOS DE SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS. INFORMAÇÕES DO GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ APONTANDO PELA INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 31, INCISO XIX DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL POR OCASIONAR EVIDENTE ACRÉSCIMO DE DESPESAS, EM PROJETO DE INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO, VIOLANDO OS ARTIGOS 2º, 61, II, 'c' e 63, I da CF/88. OCORRÊNCIA. ENTENDIMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL DE QUE 'são inconstitucionais dispositivos de Cartas estaduais, inclusive Emendas, que fixem vencimentos ou vantagens, concedam subvenção ou auxílio, ou que, de qualquer modo, aumentem a despesa pública, tendo em vista que é da competência do Chefe do Poder Executivo a iniciativa de lei sobre a matéria' (ADI 270, Relator(a): Min. MAURÍCIO CORRÊA, Tribunal Pleno, julgado em 31/03/2004, DJ 30-04-2004 PP-00027 EMENT VOL-02149-01 PP-00020). CORROBORANDO ESTE ENTENDIMENTO DESTACA-SE OUTRO PRECEDENTE DO EXCELSO PRETÓRIO SEGUNDO O QUAL 'Compete exclusivamente ao Chefe do Poder Executivo a iniciativa de leis, lato sensu, que cuidem do regime jurídico e da remuneração dos servidores públicos (CF artigo 61, § 1º, II, "a" e(...))artigos 2º e 25)' (ADI 1353, Relator(a): Min. MAURÍCIO CORRÊA, Tribunal Pleno, julgado em 20/03/2003, DJ 16-05-2003 PP-00089 EMENT VOL-02110-01 PP-00108). ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE JULGADA PROCEDENTE, UMA VEZ QUE O DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL IMPUGNADO RECONHECE VANTAGENS PECUNIÁRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS EM ATIVIDADE NA ÁREA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL, SEM QUE PARA TANTO TENHA CONTADO COM A NECESSÁRIA INICIATIVA DO GOVERNADOR DO ESTADO, ACARRETANDO, AUMENTO DE DESPESA, VEDADO NA HIPÓTESE DO INCISO I, ART. 63 DA CF. MÉRITO. PRECEDENTES DESTA EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA QUE VINHAM CONCEDENDO A GRATIFICAÇÃO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL REQUERIDA COM FUNDAMENTO NO INCISO XIX, ART. 31 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. QUESTÃO JÁ DIRIMIDA PELO TRIBUNAL PLENO, DEVENDO SER APLICADO AO CASO CONCRETO A CONCLUSÃO ALCANÇADA NA ANÁLISE DA CONSTITUCIONALIDADE DO DISPOSITIVO ATACADO. DISPOSITIVO DECLARADO INCONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. SEGURANÇA DENEGADA NOS TERMOS DA FUNDAMENTAÇÃO, TORNANDO SEM EFEITO, A PARTIR DESTA DECISÃO, A LIMINAR CONCEDIDA ÀS FLS. 136/138, RESGUARDANDO OS VALORES JÁ RECEBIDOS PELOS IMPETRANTES A TÍTULO DE GRATIFICAÇÃO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, EM OBEDIÊNCIA AOS PRINCÍPIOS DA SEGURANÇA JURÍDICA E BOA-FÉ.

(Acórdão n.º 156.937, julgado em 09.03.2016, Relator Desembargador Constantino Augusto Guerreiro, Tribunal Pleno, Processo n.º 0000107-29.2013.8.14.0000)

Importante frisar que um dos argumentos utilizados para declarar a inconstitucionalidade do art. 31. XIX da Constituição do Estado do Pará foi a decisão monocrática proferida pelo Ministro Ricardo Lewandowski no julgamento do RE 628.573/PA, o qual diante de um Recurso Extraordinário interposto pelo Estado do Pará em face de acórdão deste TJE/PA, o qual assegurava o recebimento da já aludida gratificação com base no art. 31, XIX da Constituição Estadual e arts. 132, XI e 246 do RJU, julgou improcedente o pedido formalizado na inicial daqueles autos.

Destaco também que na mesma sessão do dia 09 de março de 2016, o Pleno do TJE/PA aplicou o referido entendimento, nos termos do § 3º do art. 543-B, a um recurso extraordinário interposto em face dos Acórdãos nº 107.258 e 123.720 proferidos no processo n.º 0000251-89.2011.8.14.0000, de relatoria do Excelentíssimo Desembargador Leonardo de Noronha Tavares, os quais utilizavam o art. 31, XIX da Constituição Estadual como um dos fundamentos para assegurar o recebimento gratificação de 50% pelo exercício de atividade na área de



educação especial, conforme ementa a seguir transcrita:

EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. GRATIFICAÇÃO PELO EXERCÍCIO DE ATIVIDADE NA ÁREA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. ARTIGO 31, XIX, DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARÁ. VÍCIO DE INICIATIVA. MATÉRIA RESERVADA À INICIATIVA DO GOVERNADOR. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL. SEGURANÇA DENEGADA.

1. O art. 31, XIX, da Constituição do Estado do Pará que assegura aos servidores públicos civis, a gratificação de 50% (cinquenta por cento) do vencimento para os servidores em atividade na área da educação especial, está eivado de inconstitucionalidade formal, face o latente vício de iniciativa.

2. Declarada a inconstitucionalidade formal do art. 31, XIX da Constituição do Estado do Pará.

3. Segurança denegada.

(Acórdão n.º 156.980, Processo n.º 0000251-89.2011.8.14.0000, julgado em 09.03.2016, publicado em 16.03.2016, Pleno TJE/PA)

Ademais, como mencionado às fls. 547/548 na decisão de lavra do Desembargador Presidente desta Corte, o STF quando da apreciação do Recurso Extraordinário n.º 927.920/PA, o qual continha o apontamento do distinguish (a subsistência do fundamento constitucional para concessão da segurança), determinou o retorno dos autos a este Tribunal a fim de aplicação do paradigma firmado no RE 745.811/PA.

Pois bem, diante desse quadro e privilegiando a teoria dos precedentes entendo que o julgamento deste feito ocorrido em 08.05.2013 deve ser alterado em razão da mudança de entendimento sobre a matéria a fim de ser mantida a coesão jurisprudencial desta E. Corte. Ante o exposto, diante do pronunciamento definitivo do STF sobre a inconstitucionalidade dos arts. 132, XI e 246 do RJU, bem como do novo posicionamento adotado pelo Pleno do TJE/PA acerca da inconstitucionalidade do art. 31, XIX da Constituição do Estado do Pará, utilizo-me do juízo de retratação previsto no art. 543-B, § 3º do CPC/73 e DENEGO A SEGURANÇA pleiteada na inicial.

É o voto.

Belém, 30.11.16.

Des. Ricardo Ferreira Nunes
Relator